

## ANÚNCIO

## CONSULTA PÚBLICA

## AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

**Projeto:** LOTEAMENTO DA ZONA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL (ZLE) DO SABUGAL**Localização:** Freguesia de Quintas de S. Bartolomeu, Concelho do Sabugal, Distrito da Guarda**Proponente:** Câmara Municipal do Sabugal**Entidade Licenciadora:** Câmara Municipal do Sabugal**Enquadramento:** o projeto está sujeito a Avaliação de Impacte Ambiental, nos termos da alínea a) Caso Geral, do ponto 10, do Anexo II, do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro.

Nos termos e para efeitos do preceituado no n.º 1 do art. 15.º e nos art. 30.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, enquanto Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental, informa que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), se encontra disponível para Consulta Pública, durante 20 dias úteis, **de 24 de março a 21 de abril de 2016**, nos seguintes locais:

- **Agência Portuguesa do Ambiente**  
Rua da Murgueira, n.º 9/9A, Zambujal, Apartado 7585, 2611 – 865 Amadora
- **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – Direção de Serviços de Ambiente**  
Rua Cidade de Aeminium, 3000-429 Coimbra
- **Câmara Municipal do Sabugal**  
Praça da República, 6324-007 Sabugal

O EIA encontra-se, também, disponível na Internet, nas páginas ([www.ccdrcc.pt](http://www.ccdrcc.pt)) e ([www.participa.pt](http://www.participa.pt)) podendo, ainda, o RNT, em suporte de papel, ser consultado na Junta de Freguesia de Quintas de S. Bartolomeu.

No âmbito do processo de Consulta Pública serão consideradas e apreciadas todas as exposições, apresentadas por escrito, desde que relacionadas especificamente com o projeto em avaliação. Essas exposições deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, na Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80, 3000-069 Coimbra, até à data do termo da Consulta Pública.

O licenciamento (ou a autorização) do projeto só poderá ser concedido após Declaração de Impacte Ambiental Favorável, ou Condicionalmente Favorável ou decorrido o prazo para a sua emissão.

A Declaração de Impacte Ambiental deverá ser emitida, pela CCDRC, como Autoridade de AIA, até **29/06/2016**, salvo suspensão de prazo, para efeitos do disposto nos art. 16.º e 17.º do diploma em referência, ou pelo membro do governo responsável pela área do ambiente, nos termos previstos nos n.ºs 6 e 7 do art. 16.º do mesmo diploma.

Qualquer decisão, acto ou omissão ao disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, é passível de impugnação administrativa, através de reclamação ou recurso hierárquico facultativo, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, e contenciosamente, nos termos do Código de Processo dos Tribunais Administrativos.

Coimbra, 22 de março de 2016

O VICE-PRESIDENTE

(Dr. António Júlio Silva Veiga Simão)

Linha de Atendimento ao Cidadão 808 202 777